

Secretaria  
de Projetos  
Estratégicos



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 2300002531.000003-2024-24

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA  
ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE  
REFORMA NA ALA SUL DO 7º PAVIMENTO DO HOSPITAL DA  
RESTAURAÇÃO, LOCALIZADO NA CIDADE DO RECIFE, ESTADO DE  
PERNAMBUCO.**

Regime de Execução: **Empreitada por Preço Unitário**

Critério de Julgamento: **Menor Preço**

Responsável pela elaboração do Termo de Referência:

José Renatto Liberato da Silva

Arquiteto - CAU/PE A260526-0

Gerente - SEPE

Matrícula: 2037

Nívea de Assis Jaques

Engenheira Civil - CREA/PE 25.440

Gerente de Orçamento - CEHAB

Matrícula: 2018

Secretaria  
de Projetos  
Estratégicos



GOVERNO DE  
**PER  
NAM  
BU**CO  
ESTADO DE MUDANÇA



## **SUMÁRIO**

- 1. APRESENTAÇÃO**
- 2. DO OBJETO**
- 3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DE CONTRATAÇÃO**
- 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 5. DA MODALIDADE, DO REGIME E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**
- 6. DO VALOR ESTIMADO**
- 7. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL**
- 8. DO ESCOPO DOS SERVIÇOS**
- 9. DA PROPOSTA DE PREÇO**
- 10. DA VISTORIA AO LOCAL DA OBRA**
- 11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
- 12. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**
- 13. DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA**
- 14. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**
- 15. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**
- 16. DAS MEDIÇÕES**
- 17. DOS PAGAMENTOS**
- 18. DOS REAJUSTES**
- 19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE**
- 20. DA GARANTIA DO PRODUTO/SERVIÇO: FABRICANTE, GARANTIA LEGAL E GARANTIA CONVENCIONAL**
- 21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**
- 22. DO RECEBIMENTO DAS OBRAS E SERVIÇOS**
- 23. DAS PENALIDADES**
- 24. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 25. DOS ANEXOS**

## **1. APRESENTAÇÃO**

O Hospital da Restauração é uma das principais unidades de saúde do estado de Pernambuco, desempenhando um papel estratégico e essencial no atendimento de alta complexidade. Reconhecido como um dos seis grandes hospitais da rede estadual, a instituição é referência no tratamento de pacientes em diversas especialidades médicas, sendo indispensável para o sistema de saúde pública da região.

Diante da necessidade constante de adequação e modernização de suas instalações, torna-se imprescindível realizar intervenções nas dependências internas do hospital, a fim de garantir uma maior eficiência operacional, otimização dos serviços prestados, o conforto e bem-estar dos pacientes, acompanhantes e profissionais de saúde.

Este Termo de Referência visa à contratação de empresa especializada em engenharia para execução dos serviços de reforma na Ala Sul, do 7º pavimento do Hospital da Restauração. A intervenção, de natureza estratégica, será conduzida de forma fracionada, considerando a magnitude e complexidade da edificação, de modo a minimizar os impactos operacionais e garantir a continuidade do atendimento hospitalar.

A execução do objeto visa a modernização das instalações, alinhando a infraestrutura do hospital às demandas atuais, e proporcionando um ambiente adequado para o atendimento de excelência que a população espera e merece.

## **2. DO OBJETO**

2.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada em engenharia para a execução dos serviços de reforma na Ala Sul do 7º Pavimento do Hospital da Restauração, localizado na cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

2.2 Os serviços contemplam a execução de todas as etapas necessárias para a requalificação das dependências internas, incluindo demolição, reconstrução, adaptações de layout, instalações elétricas, hidráulicas e de climatização, revestimentos, pintura, e demais intervenções descritas em projeto e seus anexos.

2.3 A reforma tem como objetivo a modernização da infraestrutura, promovendo a otimização dos fluxos assistenciais e operacionais, além de garantir maior conforto e segurança para pacientes, profissionais e visitantes na unidade hospitalar.

2.4 A contratação será realizada pelo Regime das Estatais, disciplinado pela Lei nº 13.303/2016, assegurando a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observadas as condições estabelecidas no presente Termo.

### **3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DE CONTRATAÇÃO**

3.1 A reforma na Ala Sul do 7º pavimento do Hospital da Restauração se faz necessária devido à deterioração das instalações ao longo dos anos e à crescente demanda por serviços de saúde de alta complexidade. Sendo uma das principais unidades hospitalares do Estado de Pernambuco, o Hospital da Restauração precisa de adequações que garantam a continuidade de seu papel como referência no atendimento de urgências e emergências, bem como nas diversas especialidades médicas que oferece.

3.2 As intervenções visam à modernização da infraestrutura, com a requalificação dos espaços para proporcionar maior conforto aos pacientes e profissionais, e eficiência operacional no uso dos recursos disponíveis. A reestruturação também contribuirá para a otimização dos fluxos assistenciais, permitindo um atendimento mais ágil e seguro, conforme os padrões de qualidade exigidos pelas normativas vigentes para ambientes hospitalares.

3.3 Considerando a complexidade da edificação e a necessidade de manter o hospital em pleno funcionamento durante o período de obras, a execução será planejada e realizada de forma fracionada, minimizando impactos nas atividades da unidade.

3.4 Dessa forma, a contratação de uma empresa especializada em engenharia justifica-se pela necessidade de mão de obra qualificada para a execução dos serviços, com vistas a garantir a entrega de uma obra dentro dos padrões técnicos exigidos, no prazo estabelecido e com a qualidade necessária para que o hospital continue a oferecer serviços de excelência à população.

3.5 O objeto desta contratação, portanto, consiste na execução dos serviços de reforma na Ala Sul do 7º pavimento, contemplando a requalificação das instalações, conforme especificações contidas no projeto e detalhadas no presente Termo de Referência.

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

##### **4.1 Participação de Pessoa Física:**

4.1.1 Será vedada a participação de Pessoa Física considerando a necessidade de capacidade operacional e estrutura empresarial mínima.

4.2 Poderão participar desta licitação, empresas do ramo de construção civil e engenharia, legalmente constituídas, que atendam integralmente às exigências deste Termo de Referência e do edital correspondente.

##### **4.3 Cumprimento das disposições do Edital:**

4.3.1 As licitantes deverão atender a todas as condições, prazos e procedimentos estabelecidos no Edital e seus anexos, sendo imprescindível o conhecimento completo dos documentos técnicos e das especificações dos serviços a serem contratados.

4.4 Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a administração pública não poderão participar desta licitação.

4.5 A inobservância de quaisquer das condições estabelecidas implicará na desclassificação da empresa licitante.

4.6. Não se aplicam ao processo licitatório as disposições constantes dos Arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, tendo em vista que os valores estimados no presente certame ultrapassam o valor da receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, sem prejuízo de participações das empresas enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte. Embora não sejam aplicados os benefícios de tratamento diferenciado às pequenas e microempresas no certame, isso não impede sua participação por meio de subcontratação.

##### **4.7 Participação de Consórcios:**

4.7.1 Não poderá participar da licitação Consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.

4.8 A vedação à participação de empresas em consórcio neste certame justifica-se por se tratar da contratação de serviços comuns de engenharia civil, cujos requisitos técnicos e econômico-financeiros podem ser atendidos por empresas atuantes no mercado de forma individual. Desse modo, o vulto do certame permite que empresas

de pequeno e médio porte, isoladamente, atendam aos requisitos mínimos, sem que isso restrinja o universo de possíveis licitantes. Assim, a ausência de consórcios não compromete a competitividade, pois o objeto licitado não envolve alta complexidade ou valores elevados que exigiriam a união de empresas para o cumprimento dos requisitos. As empresas interessadas, portanto, têm capacidade de qualificação isolada, garantindo ampla participação no processo.

4.9 A proibição da participação de empresas reunidas em consórcio nesta licitação justifica-se pelas características do objeto licitado e pela realidade do mercado. A análise técnica e econômico-financeira demonstra que as empresas atuantes no setor possuem capacidade de atender aos requisitos individualmente. A formação de consórcios, prática comum em licitações de alta complexidade ou grande vulto, não se justifica neste caso, pois não há impedimento para que empresas atuem de forma isolada, mantendo a competitividade do certame.

4.10 Ressalte-se que a decisão com relação à vedação à participação de consórcios, para o caso concreto em análise, visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/cartéis para manipular os preços nas licitações.

4.11 O TCU já se manifestou a respeito, no processo TC 020.118/2012-0, ACÓRDÃO Nº 2831/2012 - TCU - Plenário, da Relatoria da Ministra Ana Arraes, conforme se denota do Itens 16 a 22, do voto de Sua Excelência:

4.11.1 Quanto à inadmissão de consórcios de empresas no certame questionado, entendo que as justificativas apresentadas pelo DNIT para o caso concreto podem ser também acatadas.

4.11.2 A jurisprudência deste Tribunal já se firmou no sentido de que a admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada.

4.11.3 Não obstante a participação de consórcio seja recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto, tal alternativa também não é obrigatória.

4.11.4 Devem ser consideradas as circunstâncias concretas que indiquem se o objeto apresenta vulto ou complexidade que torna restrito o universo de possíveis licitantes. Somente nessa hipótese, fica o administrador obrigado a autorizar a participação de consórcio de empresas no certame, com o intuito precípuo de ampliar a competitividade e proporcionar a obtenção da proposta mais vantajosa.

4.11.5 No caso em apreço, não se pode afirmar que houve restrição à competitividade. Conforme apontado pela unidade técnica, a presença de cinco empresas que efetivamente participaram da licitação pode caracterizar a concorrência do certame, ainda mais quando se leva em conta as características da região onde ocorrerão as obras.

4.11.6 Mesmo que se pondere que a competitividade poderia ter sido aumentada com a inclusão de consórcio de empresas não há nos autos evidências de que tal fato tenha ocorrido no caso concreto, em virtude das peculiaridades da obra em questão.

4.11.7 Assim, considerando a natureza discricionária da decisão adotada pelo gestor e diante da dúvida plausível acerca da verificação da irregularidade, entendo não ser possível caracterizar, no caso concreto, ilegalidade na condução do procedimento licitatório.

4.12 Assim, considerando que o objeto não apresenta vulto ou complexidade, permitir a reunião de empresas em consórcios pode causar embaraços que põem em risco a qualidade da execução pretendida pela Administração Pública, mostrando-se inviável do ponto de vista técnico-operacional a admissão de consórcios.

#### 4.13 Subcontratação:

4.13.1 Será admitida a subcontratação dos serviços acessórios, no percentual máximo de 30% do valor do contrato, mediante prévia autorização da **CONTRATANTE**.

4.13.2 Não se admite a subcontratação de itens de serviços que tenham sido exigidos para fins de qualificação técnica na presente licitação.

4.13.3 Em caso de subcontratação, a **CONTRATADA** (vencedora do certame licitatório) não poderá transferir suas obrigações e responsabilidades, permanecendo, perante a **CONTRATANTE**, como total responsável pela execução contratual.

4.13.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e a coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.13.5 Nenhum encargo trabalhista, inclusive de acidente de trabalho, previdenciário, tributário ou responsabilidade civil de qualquer natureza, decorrente da subcontratação, será imputado ou se comunicará ao **CONTRATANTE**.

4.13.6 Os macros itens constantes na planilha orçamentária suscetíveis de subcontratação são:

ITEM	DESCRIÇÃO
12.0	Louças, Metais e Bancadas
16.0	Gases Medicinais

## 5. DA MODALIDADE, DO REGIME E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1 A licitação será regida pela Lei nº 13.303, de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

5.2 O procedimento licitatório adotado será o previsto na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais).

5.3 O critério de julgamento desta licitação será o de **MENOR PREÇO**.

5.4 O regime de execução será o de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

5.5 Será adotado o modo de disputa **FECHADO**.

## 6. DO VALOR ESTIMADO

6.1 O valor estimado para este objeto é de **R\$ 1.595.150,15** (um milhão, quinhentos e noventa e cinco mil, cento e cinquenta reais e quinze centavos) - ORÇAMENTO SEM DESONERAÇÃO.

6.2 O BDI utilizado na planilha foi de **20,50%**.

6.3 Nos itens referentes a simples fornecimento de material e equipamento, foi utilizado um BDI de **10,89%**.

6.4 Itens referentes ao fornecimento de material/equipamento que contemplam a prestação de serviço, aquisição e transporte de materiais asfálticos e preços resultantes de cotação de mercado, foi utilizado BDI de **15,07%**.

6.5 Foi considerada a opção pelo orçamento não sigiloso devido ao risco eventual e indesejável de quebra de sigilo, propiciando informações privilegiadas ao(s) licitantes(s), em desacordo ao princípio da isonomia, devido ao manuseio do orçamento nos órgãos participantes do processo.

## 7. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

7.1 O prazo de vigência do Contrato será de 150 (cento e cinquenta) dias, a partir da data de assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado até a efetiva conclusão da obra.

7.2 O prazo de execução dos serviços terá início a partir da data de emissão da Ordem de Serviço e será de 90 (noventa) dias.

7.3 Após a emissão da Ordem de Serviço, a **CONTRATADA** terá um prazo de até 05 (cinco) dias corridos para iniciar os serviços.

7.4 A Ordem de Serviço deverá ser expedida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura do **CONTRATO**, salvo motivo excepcional devidamente justificado.

## 8. DO ESCOPO DOS SERVIÇOS

8.1 Considerações gerais:

8.1.1 Os serviços deverão ser executados de acordo com os projetos, Termo de Referência e as Especificações Técnicas, bem como com os padrões de qualidade, resistência e segurança estabelecidos nas normas aprovadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e, na sua falta, deverão ser previamente aprovados por escrito pela Fiscalização. Quando existirem recomendações adicionais às normas referentes à execução dos serviços, ditadas pelos fabricantes dos materiais, essas também deverão ser obedecidas.

8.1.2 Deverá ser entregue à fiscalização, no término da obra, uma cópia em meio físico e em meio digital, do *As Built* de projeto contemplando todas as modificações que forem realizadas na obra ao longo da sua execução, de modo que ao término dos serviços os desenhos representem fielmente o executado.

8.1.3 Nos preços propostos deverão estar inclusas as despesas com profissional especializado em período especificado no orçamento referencial para administração da obra, emissão de ART, equipamentos, materiais e mão-de-obra necessária à execução dos serviços, ferramentas, transportes, encargos sociais, encargos fiscais, lucros e quaisquer outras despesas e taxas incidentes sobre eles.

8.1.4 Será de responsabilidade da **CONTRATADA** a realização de ensaios e testes necessários à verificação da perfeita observância das especificações e resistências, tanto dos materiais aplicados quanto dos serviços executados. A **CONTRATADA** deverá apresentar previamente à fiscalização da **CONTRATANTE**, o programa de ensaios de controle tecnológico, de acordo com as normas vigentes.

8.1.5 Todo o material fornecido deverá ser de qualidade garantida, de acordo com as normas técnicas vigentes e respeitando as especificações técnicas. Poderão ser utilizados produtos similares aos especificados, desde que autorizados pela fiscalização. Além disso, a fiscalização poderá exigir, quando houver dúvidas quanto à qualidade ou similaridade, a apresentação prévia de amostras dos materiais que serão utilizados, bem como de resultados de testes de composição, qualidade e resistência desses materiais, fornecidos por entidade de reconhecida idoneidade técnica. A obtenção de tais atestados será de responsabilidade da **CONTRATADA** sem ônus para a **CONTRATANTE**.

8.1.6 Todos os serviços deverão ser desenvolvidos em conformidade com as normas de segurança, observando-se a necessidade de minimizar os transtornos aos usuários do entorno da área de intervenção. Deverão ser adotadas todas as providências de segurança que sejam necessárias para garantia da integridade física e patrimonial de terceiros.

8.1.7 Quando houver necessidade de paralisação de alguma atividade de rotina em função da realização de serviços, sua execução ficará condicionada aos horários a serem estabelecidos pela fiscalização. A **CONTRATADA** deverá apresentar à fiscalização, com a devida antecedência, sua programação de trabalho;

8.1.8 Durante todo o decorrer da construção, ficará a cargo da **CONTRATADA** a conservação e limpeza das instalações da obra, devendo o local estar sempre limpo e acessível à Fiscalização, com a remoção periódica dos entulhos do canteiro, não sendo permitido o depósito desses na via pública;

8.1.9 A reforma deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza e conservação, devendo apresentar perfeito funcionamento de todos os equipamentos e instalações, e estarem devidamente ligados às redes de serviço público;

8.1.10 Deverá ser mantido na obra ou no órgão/entidade, caso não exista escritório na obra, Diário de Obra, em formato eletrônico ou físico, sempre atualizado, contendo termos de abertura e de encerramento, em que serão anotadas as ocorrências pelo fiscal designado pela administração, sendo admitido o uso de assinatura eletrônica. O mesmo deverá ser iniciado no início da obra, independentemente da obra ou do serviço de engenharia. Nele deverão estar registrados todos os fatos inerentes ao serviço, como:

8.1.10.1 Todos os fatos relevantes ocorridos no desenvolvimento da obra ou do serviço de engenharia, com registro de imagens, em meio impresso ou eletrônico, sempre que aplicável, tais como: início e término das etapas de execução dos serviços, alterações, paralisações, imprevistos, decisões, recomendações, consultas à fiscalização, sugestões e advertências.

8.1.10.2 Data e assinatura dos intervenientes ao final de cada registro, sendo admitido o uso de assinatura eletrônica.

8.1.10.3 As condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;

8.1.10.4 As datas de conclusão de etapas, caracterizadas de acordo com o cronograma físico/financeiro, apresentado e aprovado.

8.1.10.5 Os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos.

8.1.10.6 As respostas às interpelações da fiscalização da CEHAB.

8.1.10.7 Quaisquer outros fatos que devam ser objeto de registro.

8.1.11 Caso o Diário de Obra seja elaborado em formato eletrônico, deve-se permitir identificar, com controle histórico de edição, a data de abertura e de encerramento e o(s) responsável(is) pelo preenchimento das informações;

8.1.12 As ocorrências registradas no Diário de Obra deverão ser lidas e rubricadas semanalmente pelo engenheiro representante da **CONTRATADA**, que será o profissional habilitado no certame, e pelo fiscal da obra designado;

8.1.13 Na realização de obras e serviços de engenharia, caso a aquisição de materiais corra à conta da Administração, serão anexadas aos documentos de autorização às requisições ou quaisquer outros documentos que identifiquem os quantitativos destinados a cada obra ou serviço de engenharia específico.

8.1.14 A **CONTRATADA** deverá apresentar, na emissão do 1º Boletim de Medição, o Alvará de Construção, quando exigido pelo município do local da obra, ou documento de não obrigatoriedade emitido pelo município em que se localiza a obra ou serviço de reforma;

8.1.15 A **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura da Ordem de Serviço, o Projeto de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil (PGRCC), com base na Resolução do CONAMA nº 307/2002.

8.1.16 Correrão, exclusivamente por conta da **CONTRATADA**, todas as despesas com relação à manutenção e à administração do canteiro de obras, inclusive a manutenção dos tapumes de vedação do local, confecção e

instalação das placas da obra, mobilização e desmobilização de máquinas e equipamentos, bem como sua retirada no término da obra;

8.1.17 A **CONTRATADA** confeccionará, fixará e conservará, em local a ser indicado pela Fiscalização da CEHAB, sob suas custas, a placa de obra, conforme o modelo a ser apresentado pela **CONTRATANTE**.

8.1.18 A **CONTRATADA** disponibilizará um escritório climatizado para uso exclusivo da equipe de fiscalização da **CONTRATANTE** com, no mínimo, uma estação de trabalho completa e cadeira com braços e encosto, um ponto de iluminação, duas tomadas 2P + T, e acesso livre à rede Wi-Fi.

## 8.2 Medidas de Segurança:

8.2.1 A execução das obras deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores, observando as leis em vigor e as respectivas NRs.

8.2.2 O uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) completo, como botas, capacetes, cintos de segurança (para trabalhos com altura superior a 2,00m), máscara, uniforme e identificação da empresa serão itens obrigatórios para todos os colaboradores.

8.2.3 A **CONTRATANTE** não se responsabilizará por acidentes ou prejuízo a terceiros que porventura venham a ocorrer no local da obra.

## 9. PROPOSTA DE PREÇO

9.1. A LICITANTE deverá apresentar Proposta de Preço, elaborada conforme modelo fornecido, tanto em formato impresso quanto digital, contendo obrigatoriamente:

9.1.1 Detalhamento dos preços unitários e totais de equipamentos, materiais e mão de obra, incluindo o Benefício e Despesas Indiretas (BDI). Os valores máximos admitidos, tanto unitários quanto totais, serão os apresentados na Planilha Orçamentária da CEHAB.

9.1.2 Cronograma Físico-Financeiro que demonstre o planejamento da execução da obra, incluindo o cronograma de desembolso, com a divisão em parcelas mensais.

9.1.3 Cronograma de execução detalhado, contemplando todas as etapas da obra, bem como uma proposta de desenvolvimento dos serviços a serem executados, com a devida justificativa para cada etapa, em estrita observância das normas e restrições operacionais estabelecidas pelos órgãos gerenciadores competentes.

9.2 Os preços unitários e as despesas indiretas deverão abranger a totalidade dos custos inerentes ao objeto da presente licitação, compreendendo, mas não se limitando a:

9.2.1 Despesas com transporte de materiais, compreendendo os serviços de carga e descarga.

9.2.2 Custos de execução, fornecimento, aplicação e/ou instalação de materiais e equipamentos.

9.2.3 Remuneração da mão de obra especializada, incluindo os respectivos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários.

9.2.4 Despesas com a limpeza da área do canteiro de obras e/ou de outros equipamentos que se mostrarem necessários.

9.2.5 Tributos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outras despesas, tanto diretas quanto indiretas, que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.

9.2.6 Previsão de eventuais perdas.

9.3 As despesas de Contrato, Seguros, Leis Sociais, ISS, e outras que incidirem sobre os serviços e seu pessoal, serão de inteira responsabilidade da LICITANTE vencedora.

9.4 As propostas deverão ter prazo de validade de 90 (noventa) dias.

9.5 As composições de custos fornecidas pela CONTRATANTE possuem caráter meramente exemplificativo e descritivo dos serviços a serem executados, com o propósito de auxiliar as LICITANTES na elaboração de suas próprias composições de custos. As LICITANTES, portanto, não estão restritas a tais exemplos, devendo elaborar suas composições com base em sua experiência, expertise e conhecimento do mercado.

9.6 Garantia de Proposta:

9.6.1 Não será exigida a garantia de proposta, o que reduz o custo de transação do certame e aumenta sua competitividade.

## 10. DA VISTORIA AO LOCAL DA OBRA

10.1. A **LICITANTE** deverá apresentar Declaração de Realização de Vistoria, de que, por meio de representante designado para esse fim, vistoriou os locais onde a obra será realizada, a fim de tomar conhecimento das informações necessárias à sua adequada execução.

10.2 A solicitação para realização da vistoria deverá ser previamente realizada junto a CEHAB através do e-mail [celoe@cehab.pe.gov.br](mailto:celoe@cehab.pe.gov.br) ou do telefone (81) 3182.7500 em até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data limite para apresentação das propostas no certame licitatório.

10.3. A Declaração de Realização de Vistoria, prevista no subitem 10.1, pode, a critério da **LICITANTE**, ser substituída por uma Declaração de Conhecimento das condições locais assinada por seu responsável técnico, na qual atesta que tem conhecimento das condições e peculiaridades do local da obra, assumindo a responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude da não verificação das condições físicas onde será executado o objeto.

## 11.DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1 A LICITANTE deverá apresentar os seguintes documentos quanto a qualificação Técnico-Operacional da Empresa:

11.1.1 Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade da LICITANTE junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) dentro do seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede;

11.1.2 Comprovação de aptidão para a execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente por meio da apresentação de Atestado e/ou Certidões de Acervo Operacional (CAO), em nome da **LICITANTE**, expedido por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, do serviço a seguir discriminado:

11.1.3 Execução de serviços de construção e/ou reforma de equipamentos hospitalares, com características semelhantes ao objeto da licitação, com área de construção igual ou superior a 50% da área total de intervenção, conforme tabela abaixo:

SERVIÇO	ÁREA TOTAL DE CONSTRUÇÃO	EXIGÊNCIA MÍNIMA 50% DA ÁREA TOTAL DE CONSTRUÇÃO
EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE UM EQUIPAMENTO HOSPITALAR	916,00m <sup>2</sup>	458,00m <sup>2</sup>

EXECUÇÃO DE SISTEMA DE VENTILAÇÃO, CLIMATIZAÇÃO E EXAUSTÃO	916,00m²	458,00m²
EXECUÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	916,00m²	458,00m²
EXECUÇÃO DE SISTEMA DE GASES MEDICINAIS	916,00m²	458,00m²

SERVIÇO	UND.	QUANT. CONSOLIDADA	EXIGÊNCIA MÍNIMA 50%
REVESTIMENTO CERÂMICO 10X10CM, INCLUSIVE REJUNTE - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	m²	1.277,599	640
PAINEL MODULAR PARA GASES MEDICINAIS - RÉGUA/PAINEL HOSPITALAR MULTIFUNCIONAL PARA LEITOS MODELO 1 - CONFORME ESPECIFICAÇÕES DE PROJETO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	37	19
FANCOLETE HOSPITALAR - 2TR - 25.000 BTU - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	9	5
FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBO DE COBRE ASTM B-75 CLASSE A 22MM ELUMA OU SIMILAR E INCLUINDO CONEXÕES E SOLDA	m	255,52	127,76
FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBO DE COBRE ASTM B-75 CLASSE A 15MM ELUMA OU SIMILAR E INCLUINDO CONEXÕES E SOLDA	m	277,36	138,68
ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF12/2021	m²	433,77	216,89
FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS. AF_08/2023_PS	m²	803,55	401,78

11.1.4 Não será admitido o somatório de atestados, para comprovar o quantitativo exigido acima. A vedação do somatório de atestados destina-se a evitar que empresas que não tenham estrutura física, financeira e administrativa adequadas ingressem na licitação e deixem de executar os serviços nos prazos e qualidade estabelecidos, e assim acarretem prejuízos ao Erário. Assim, ainda que possuam capacidade técnica pulverizada em diversos contratos, não conseguiriam comprovar a execução dos quantitativos de serviços exigidos em uma única obra.

11.2 A LICITANTE deverá apresentar os seguintes documentos quanto a qualificação Técnico-Profissional da Empresa:

11.2.1 Comprovação da **LICITANTE** de possuir no seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, profissional(ais) de nível superior, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, que conjuntamente atendam a habilitação mínima discriminada a seguir:

DESCRIÇÃO	UNIDADE
REVESTIMENTO CERÂMICO 10X10CM, INCLUSIVE REJUNTE - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	m <sup>2</sup>
PAINEL MODULAR GASES MEDICINAIS - RÉGUA/PAINEL HOSPITALAR MULTIFUNCIONAL PARA LEITOS - MODELO 1 - CONFORME ESPECIFICAÇÕES DE PROJETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un
FANCOLETE HOSPITALAR - 2TR - 25.000 BTU - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	un
FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBO DE COBRE ASTM B-75 CLASSE A 22MM ELUMA OU SIMILAR E INCLUINDO CONEXÕES E SOLDA	m
FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBO DE COBRE ASTM B-75 CLASSE A 15MM ELUMA OU SIMILAR E INCLUINDO CONEXÕES E SOLDA	m
ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m <sup>2</sup>
FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS. AF_08/2023_PS	m <sup>2</sup>

11.2.2 Engenheiro Civil ou Arquiteto, com experiência comprovada, mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) acompanhado do respectivo atestado, expedida pelo CREA ou CAU, de acordo com a categoria profissional, da(s) região(ões) onde o(s) serviço(s) tenha(m) sido realizado(s), indicando como responsável técnico na execução ou supervisão de obras de construção de edificação hospitalar.

11.2.3 O profissional que não estiver elencado no rol de responsáveis técnicos da Certidão de Registro da Pessoa Jurídica, e apresentar comprovação técnico-profissional, deverá anexar a devida Certidão de Registro na entidade de classe competente.

11.2.4 O profissional indicado pela LICITANTE e habilitado conforme exigência deste item será o Responsável Técnico do Contrato, representará a CONTRATADA junto a CEHAB e deverá ficar alocado na obra por uma carga horária mínima de 40 horas semanais.

11.2.5 É vedada a indicação de um mesmo profissional como participante da equipe técnica acima (qualificação técnico-profissional) por mais de uma empresa licitante, sob pena de inabilitação das licitantes envolvidas.

## **12. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

12.1 Deverão ser observadas as disposições quanto a exigência de índices contábeis mínimos usuais constantes do edital de licitação.

12.2 A empresa licitante deverá comprovar que possui Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote/item.

## **13. DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA**

13.1 Ao participar da licitação do presente certame, acostando sua Proposta de Preço, o LICITANTE tacitamente declara que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

13.2 Todas as condições estabelecidas por este documento aplicar-se-ão ao Procedimento Licitatório, com base na Lei Federal nº 13.303/2016 e suas alterações.

13.3 Para fins de habilitação jurídica, a LICITANTE deverá apresentar os seguintes documentos:

13.3.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.

13.3.2 Tratando-se de Sociedades por Ações, a Ata da Assembleia Geral que elegeu os Administradores, devidamente arquivada no órgão comercial competente, deverá ser acompanhada da comprovação da publicação da Ata arquivada, realizada por meio de publicação na imprensa.

13.4 Ademais, o objeto social da LICITANTE deverá contemplar a execução de atividades de mesma natureza ou compatíveis com o objeto da presente licitação, em atendimento às prescrições a seguir estabelecidas:

13.4.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

13.4.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

13.4.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

13.4.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18/03/2020.

13.4.5 Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

13.4.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

13.4.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

13.4.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

13.4.9 Ato de autorização para o exercício da atividade, relativa ao objeto a ser contratado, se exigido registro ou autorização para funcionamento, em razão de previsão legal ou normativa.

13.4.10 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **14. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

14.1 A documentação relativa à regularidade fiscal consiste em:

14.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

14.1.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.

14.1.3 Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da LICITANTE, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes de suas respectivas sedes ou domicílios, e que estejam dentro do prazo de validade.

14.1.4 Caso a LICITANTE tenha filial no Estado de Pernambuco, deverá apresentar também a CRF de Pernambuco.

14.1.5. Certificado de Regularidade de Situação perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, dentro do prazo de validade.

14.1.6. Comprovação de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

14.1.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes - CADFOR/PE, ou relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

14.1.8. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, desde que apresente decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido e dispense expressamente as certidões negativas, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.

## **15. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

15.1 As regras para fiscalização dos serviços estão descritas na Minuta do Contrato.

15.2 A designação do Fiscal e do Gestor será informada no contrato, com assinatura dos servidores designados no Termo de Ciência que será **ANEXO** ao instrumento.

15.3 A **CONTRATADA** deverá apresentar até o início dos serviço a relação dos profissionais que serão alocados na execução das obras, referente à equipe que compõe a Administração Local e Manutenção do Canteiro, sem prejuízo quanto a indicação do profissional(is) habilitado(s) como responsável técnico no decorrer do processo licitatório.

15.4 A **CONTRATADA** deverá fornecer videomonitoramento para o local de intervenção da obra, em tempo real, durante todo o prazo de execução contratual, para acompanhamento da CEHAB, considerando as seguintes especificações:

15.4.1 Tipo das câmeras: No mínimo 06 câmeras fixas; Câmeras IP compatíveis com o protocolo ONVIF; lente focal fixa; visão infravermelha noturna de 30 metros.

15.4.2 Qualidade do Stream de Vídeo: Resolução: HD / 1280 x 720 / 720 p / 1mp; Taxa de quadros: 10 fps; Taxa de compressão de vídeo: h.264.

15.4.3 A **CONTRATADA** deverá apresentar proposta de localização e direção das câmeras, a qual deverá ser aprovada pela CEHAB.

15.4.4 A **CONTRATADA** deverá garantir a visibilidade da obra pelas câmeras, removendo obstruções, quando possível, ou reposicionando as câmeras.

15.4.5 A CEHAB poderá solicitar o reposicionamento das câmeras após a instalação.

15.4.6 A **CONTRATADA** deve levar em consideração essa despesa na composição do BDI de Administração.

15.5 Sobre o armazenamento e entrega das gravações:

15.5.1 A **CONTRATADA** deverá garantir o armazenamento da totalidade das gravações de vídeo capturadas pelo videomonitoramento.

15.5.2 A **CONTRATADA** deverá entregar a totalidade dos vídeos capturados pelo videomonitoramento gravados em mídia física, formato *Blu-Ray*, ao final de cada mês de realização da obra, juntamente com a medição dos serviços.

15.5.3 A **CONTRATADA** deverá fornecer vídeo editado em formato de câmera rápida (*time-lapse*), ao final da realização da obra, apresentando todo o período de execução.

15.5.4 A **CONTRATADA** deverá garantir o acesso a qualquer período de gravação do mês corrente da medição, quando solicitado pela **CONTRATANTE**.

As especificações de armazenamento se aplicam para cada câmera instalada na obra.

#### 15.6 Conectividade e transmissão dos dados:

15.6.1 A **CONTRATADA** deverá fornecer para a **CONTRATANTE** a URL RTSP do streaming das câmeras de videomonitoramento, incluindo número de porta, e login e senha, se houver.

15.6.2 A **CONTRATADA** deverá fornecer streaming de vídeo das câmeras de videomonitoramento para a CEHAB.

15.6.3 A **CONTRATADA** deverá garantir a conectividade e a transmissão do streaming de vídeo.

15.6.4 Admite-se a interrupção do serviço de videomonitoramento pelo período máximo de 72 h, condicionado às seguintes regras:

15.6.4.1 O total de 72 horas pode ser acumulado ao longo do prazo de execução da obra, mas as interrupções devem ser limitadas a períodos contínuos e não fragmentados.

15.6.4.2 Não é permitido que o serviço seja interrompido de forma intermitente ou fragmentada (por exemplo, períodos de 1 hora repetidamente) para somar o total de 72 horas. Interrupções devem ser planejadas e devem ocorrer em blocos contínuos ou em intervalos suficientemente longos para não comprometer o propósito do videomonitoramento.

15.6.4.3 Qualquer interrupção deve ser previamente aprovada pela supervisão do projeto e comunicada com 48 horas de antecedência. A contratada deve fornecer justificativas detalhadas para a interrupção e o impacto esperado no serviço de videomonitoramento.

15.6.4.4 A contratada deve fornecer relatórios detalhados sobre cada interrupção, incluindo a duração exata e os motivos, para revisão e aprovação pela supervisão dos serviços.

15.6.4.5 O *Streaming* das câmeras deverá estar disponível na internet. O acesso deverá ser ou através de um endereço de IP fixo ou, em caso de endereço IP dinâmico, através de um domínio que resolva para o endereço IP da câmera.

#### 15.7 Instalação e manutenção das câmeras:

15.7.1 A **CONTRATADA** será responsável pela instalação, operação e manutenção dos equipamentos, garantindo, dentre outras ações de manutenção, a limpeza, o reposicionamento e a substituição.

### 16. DAS MEDIÇÕES

16.1 As medições serão executadas pelo fiscal do contrato, acompanhado do representante da **CONTRATADA**, a partir de um mês da emissão da Ordem de Serviço e em intervalos de trinta dias a contar da primeira medição.

16.2 São passíveis de medição as unidades de serviço efetivamente executadas, que atendam às especificações do projeto e estejam concluídas integralmente, devendo o fiscal do contrato adentrar nas minúcias quantitativas de todos os serviços executados.

16.3 Todos os serviços deverão ser medidos através de Boletins de Medição, composto de Planilha de medição, Memória de cálculo e Relatório fotográfico, demonstrando detalhadamente a metodologia utilizada para a aferição dos serviços executados, bem como, obrigatoriamente, a data de aferição/emissão, o período correspondente à realização dos serviços e as assinaturas do fiscal e gestor do contrato e de um representante da **CONTRATADA**.

16.4 Os preços dos serviços considerados na medição são os previamente definidos na planilha orçamentária da **CONTRATADA**.

16.5 Deverá ser verificado pela fiscalização, no momento da elaboração do boletim de medição, se os serviços executados estão evoluindo conforme previsto no cronograma da empresa **CONTRATADA**, sob pena da aplicação das penalidades cabíveis devido a atrasos injustificados por parte da empresa **CONTRATADA**.

16.6 Considerar apenas como quantidades de serviços a serem medidas os serviços concluídos integralmente, ou seja, fornecimento e instalação, executados até o momento da elaboração da medição. Os itens previstos na planilha orçamentária como fornecimento serão medidos quando esse fornecimento tiver sido devidamente realizado até o momento da elaboração da medição.

16.7 Os serviços executados e não aceitos pela Fiscalização, por não atenderem às especificações quanto à qualidade do material ou quanto à sua má execução, deverão ser refeitos dentro do prazo especificado pela Fiscalização.

16.8 Os itens referentes a tratamento, reciclagem, disposição de resíduos, serão incluídos na medição de pagamento dos serviços após a apresentação, pela **CONTRATADA**, do documento de “Certificado de Reciclagem e Entulho” emitido pela empresa que executará o respectivo tratamento, reciclagem ou receberá o material para disposição deles, acompanhado da respectiva nota fiscal. Neste documento,

deverá constar, entre outras informações, o tipo e a quantidade do material proveniente da obra que foi tratado, reciclado ou recebido para disposição final.

## 17. DOS PAGAMENTOS

17.1 Após a entrega da medição pela **CONTRATADA**, a Fiscalização terá prazo de 10 (dez) dias úteis para atestar e encaminhá-la ao setor responsável pela gestão do Contrato da obra, para verificação e aprovação dos serviços/etapas executados e liberação para que a Fiscalização autorize a empresa **CONTRATADA** a emissão da Nota Fiscal.

17.2 Caso o boletim de medição seja reprovado pela Fiscalização, a **CONTRATADA** deverá apresentar nova medição no prazo de 5 (cinco) dias úteis, decorrendo novo prazo de 10 (dez) dias úteis, após a sua reapresentação, para aprovação e liberação.

17.3 Os pagamentos dos serviços serão realizados após a aprovação das medições por parte da Fiscalização e Gestão do Contrato.

17.4 Somente após aprovado o boletim de medição, a **CONTRATADA** deverá emitir Nota Fiscal correspondente ao valor dos serviços atestados, destacando, na nota, o valor correspondente à mão-de-obra. A partir do atesto da Nota Fiscal por parte da Fiscalização, a **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da liquidação da despesa.

17.5 Constituem condições para o pagamento da primeira parcela a comprovação de regularização da obra junto ao CREA-PE ou CAU-PE, a emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) referente à obra, a comprovação de inscrição no CNO junto à Receita Federal do Brasil e à prestação da garantia.

17.6 O pagamento da última medição só será realizado pela **CONTRATANTE** após a análise e aprovação do projeto “as built” pela Fiscalização.

17.7 A conclusão da medição definitiva não exime a **CONTRATADA** de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

17.8 O desembolso máximo previsto para cada período será realizado conforme Cronograma Orçamentário-Financeiro.

17.9 Quanto ao pagamento dos itens de Administração Local e Manutenção do Canteiro de Obras, constantes da planilha de preços e do cronograma físico-financeiro:

17.9.1 Somente serão atestados se constatada a produtividade com o faturamento de outros serviços da planilha, vedado o faturamento de forma isolada ou exclusiva de quaisquer destes dois itens, em conjunto ou separadamente.

17.9.2 O pagamento dos referidos itens será realizado proporcionalmente ao verificado na execução financeira realizada na obra, mantendo-se inalterado o valor total previsto.

17.10 Os pagamentos dos valores relativos à mobilização e desmobilização serão liberados pela Fiscalização, quando devidamente comprovadas as distâncias efetivamente percorridas pelos equipamentos/veículos a serem utilizados na obra, estando limitados aos valores máximos estabelecidos no orçamento.

17.11 Os serviços relativos à carga, descarga e transporte do material de disposição ou reciclagem só serão considerados na medição quando forem atendidas as condições definidas no item 16 deste Termo de Referência. Quanto ao item de transporte deverá ser pago considerando a DMT efetivamente realizada tendo como limite máximo a DMT considerada no orçamento.

17.12 O valor da contratação resultante deste certame é estimado, não implicando em previsão de crédito em favor da **CONTRATADA**, que apenas terá direito ao pagamento pelos serviços efetivamente prestados e medidos.

## 18. DOS REAJUSTES

18.1 Decorrido o prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de apresentação da proposta, poderá ser concedido reajuste do preço, de acordo com a variação do Índice Setorial de Custo da Construção Civil fornecido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, para os contratos de Obras e Serviços de Engenharia, de acordo com a fórmula abaixo:

$$R = \frac{I1 - I0}{I0} \times V$$

Onde:

R = Valor do Reajuste

V = Valor do preço básico a ser reajustado

I1 = Índice Nacional da Construção Civil - INCC, da Fundação Getúlio Vargas, referente ao mês de reajuste.

I0 = Índice Nacional da Construção Civil - INCC, da Fundação Getúlio Vargas, relativo à data base da proposta

18.2 O reajuste do preço deverá ser apresentado em Fatura/Nota Fiscal Complementar. Enquanto não divulgado será calculado de acordo com o índice correspondente do mês em que os serviços forem executados, o reajuste será calculado de acordo com o último índice conhecido, cabendo a correção de cálculo quando publicado o índice definitivo.

18.3 Os preços ofertados serão considerados fixos e irreajustáveis pelo prazo de 12 meses.

18.4. Na hipótese de eventuais atrasos de responsabilidade da **CONTRATADA**, não incidirá reajuste sobre o período correspondente.

18.5 A **CONTRATADA** deverá pleitear o reajuste dos preços até a data anterior à efetivação da prorrogação contratual, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer à preclusão do seu direito.

## 19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

19.1 As obrigações da **CONTRATADA** e da **CONTRATANTE** estão descritas na Minuta do Contrato.

19.2 Quando necessário, as aprovações na Prefeitura, Corpo de Bombeiros, Licença de Telefonia, Órgãos de Meio Ambiente e Concessionárias de Serviços Públicos pertinentes aos projetos necessários para o licenciamento e execução da obra e uso das edificações, incluindo a emissão de Outorga pela Agência Pernambucana de Água e Clima - APAC, para lançamento dos efluentes tratados de esgoto sanitário em corpo hídrico, serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

19.3 O pagamento de todas as taxas relativas às aprovações dos projetos e licenças da obra serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

## **20. DA GARANTIA DO PRODUTO/SERVIÇO: FABRICANTE, GARANTIA LEGAL OU GARANTIA CONVENCIONAL**

20.1 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

20.2 A **CONTRATADA** será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

20.3 Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança, assim em razão dos materiais, como do solo.

## **21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

21.1 A **CONTRATADA** deverá apresentar garantia, no valor de 5% do valor total do contrato, para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais. A garantia poderá ser prestada sob a forma de caução, seguro garantia ou fiança bancária. A garantia deverá ser mantida durante a execução do contrato e por 90 dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação ou complementada em caso de alteração do valor do contrato.

21.2 No caso de seguro-garantia, a comprovação deverá ser realizada até o momento da assinatura do Contrato.

21.3 Para caução ou fiança bancária, a comprovação deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do **CONTRATANTE**, contado da assinatura do contrato.

## 22. DO RECEBIMENTO DAS OBRAS E SERVIÇOS

22.1 A **CONTRATANTE**, através do responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra, deverá providenciar Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da solicitação que lhe fizer a **CONTRATADA**. Tal documento deverá ser firmado também pela **CONTRATADA**.

22.2 Efetuado o recebimento provisório, haverá um período de observação, de no máximo 90 (noventa) dias, quando então será procedido o recebimento definitivo.

22.3 Decorrido o prazo estabelecido no item 22.2 e estando sanadas todas as pendências que, porventura, lhe forem formalmente comunicadas pelo **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá formalizar ao **CONTRATANTE**, solicitação para recebimento definitivo do Contrato.

22.4 São documentos necessários para o recebimento definitivo da obra, e que deverão acompanhar a solicitação, a critério da **CONTRATANTE**:

22.4.1 Certidão Negativa de Débito perante o INSS/CND da obra ou as respectivas vias de pagamento acompanhadas do protocolo (PCND).

22.4.2 Certificado de Regularidade de Situação/CRS, junto ao FGTS.

22.4.3 Habite-se, caso seja definido como tarefa da **CONTRATADA**.

22.4.4 As *Built* aprovado pela fiscalização, caso seja definido como tarefa da **CONTRATADA**.

22.5 A Comissão de recebimento definitivo deverá apresentar seu relatório até 15 (quinze) dias da data da solicitação da **CONTRATADA**.

22.6 Decorridos 15 (quinze) dias da data da solicitação que fizer a **CONTRATADA** sem que haja manifestação da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** estará desobrigada do cumprimento de solicitações complementares.

22.7 Ocorrendo à hipótese do item anterior, a obra estará automaticamente recebida como definitiva e encerradas as responsabilidades contratuais da **CONTRATADA**.

## 23. DAS PENALIDADES

23.1 As penalidades estão descritas no Edital e na Minuta do Contrato.



## 24. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.1 Os recursos orçamentários para execução do objeto do presente Termo de Referência serão assegurados na seguinte classificação:

Programa de trabalho: 10.122.0531.4553.0585

Natureza da despesa: 4.4.90

Fonte de recurso: 0754

## 25. DOS ANEXOS

ANEXO A - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ANEXO B - COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO DOS SERVIÇOS

ANEXO C - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ANEXO D - COMPOSIÇÃO DE BDI

ANEXO E - COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS

ANEXO F - PROJETOS E MEMÓRIA DESCRITIVO

ANEXO G – CURVA ABC

ANEXO H – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO I – MATRIZ DE RISCO

ANEXO J – MODELO DE PROPOSTA

Recife, 20 de Fevereiro de 2025.

---

**José Renatto Liberato da Silva**

Arquiteto e Urbanista | Matrícula nº 03291